

Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica

Joseli Maria Silva*

Este texto é uma sistematização de algumas questões que já há algum tempo têm despertado meu interesse científico. Durante o trabalho de campo realizado para elaboração de minha tese de doutorado¹ na periferia de uma cidade média do centro-oeste paranaense, observei que no bairro pobre selecionado para minha pesquisa, a sociabilidade estabelecida era baseada nos laços de família, vizinhança e que as mulheres desempenhavam um papel central na produção destas relações. As instituições e serviços ligados ao mundo da reprodução familiar como saúde, educação e casas comerciais ligadas à provisão doméstica eram marcadas pela ação feminina. Os trabalhos desenvolvidos pelas igrejas a partir das pastorais também estavam sustentados pelo trabalho das mulheres. Enfim, a vida cotidiana do Xarquinho, bairro pobre distante do centro da cidade de Guarapuava- PR e as atividades desempenhadas por aquelas mulheres, em geral, localizadas na esfera do trabalho não remunerado, expressava um espaço majoritariamente feminino.

Essas observações naquele momento, não passaram de curiosidade girando em torno da relação espaço e gênero, e que hoje se transforma em uma tentativa de problematizar cientificamente as inquietações que tenho vivido enquanto

*Doutora em Geografia pela UFRJ. Professora do DEGEO da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: joselisilva@uol.com.br.

¹ Tese de Doutorado com o título de “A verticalização de Guarapuava-PR e suas representações sociais”, sob a orientação do Prof. Dr. Roberto Lobato Corrêa, em 2002.

mulher e geógrafa. Assim, a fim de realizar esta reflexão, estabeleci algumas questões que servem de fio condutor para este texto. Em primeiro lugar, porque a abordagem geográfica é caracterizada por uma invisibilidade do papel feminino na organização do espaço? Em segundo, questiono se o instrumental teórico-metodológico utilizado pela ciência geográfica é suficiente para sustentar a abordagem de gênero e espaço. E, por último, pergunto de que forma as mulheres produzem o espaço?

Mais do que responder às perguntas colocadas acima, a meta dessas páginas escritas é promover um convite para o debate em torno da importância de se contemplar o conceito de gênero como categoria explicativa da produção do espaço e, também, para romper a perspectiva andrógena na produção do conhecimento geográfico.

1- A criação da invisibilidade da mulher na abordagem geográfica

Ao contemplar a perspectiva da construção social do pensamento científico, considera-se que são os sujeitos sociais os criadores de teorias e, portanto, elas estão atreladas a um determinado contexto histórico e a recursos de interpretação disponíveis aos pesquisadores. Tanto os instrumentos técnicos como o referencial teórico disponível constituem-se em tais recursos e, portanto, os pesquisadores edificam a ciência envolvendo tanto a objetividade, quanto a subjetividade em suas construções teóricas². Ao observar a produção da teoria geográfica e questionar a quem serve esta produção ou quem tem se beneficiado com o avanço da ciência, percebe-se que ela é, hegemonicamente, uma ciência masculina. Geógrafas como Bondi e Domosh³ argumentam a importância de se considerar a história da

² Cf. MORIN, Edgar. *O problema epistemológico da complexidade*. Sintra – Portugal: Europa – América, 1996.

³ Cf. BONDI, L. e DOMOSH, M. Other figures in other places: on feminism, postmodernism and geography. In: *Environment and Planning D: Society & Space*. Great Britain, V. 10, n. 2,. Ed. Pion Limited: 1992.

construção do conhecimento para compreender a emergência de certos conceitos enquanto ferramentas teóricas. Além disso, afirmam que a produção do conhecimento geográfico está ligada ao androcentrismo e, assim, justificam a relativa dificuldade de se instituir uma análise do espaço atrelada à perspectiva feminina.

A tradição geográfica em privilegiar aspectos visíveis do espaço, o apego aos dados quantitativos e aos arquivos documentais oficiais, visando atingir a neutralidade científica na geografia convencional e também a abordagem economicista da perspectiva marxista⁴, relegou a mulher a uma invisibilidade no processo de produção do espaço, já que sustentada nesta visão científica a geografia privilegiou os agentes e as paisagens hegemônicas e, portanto, fundadas na dominação masculina, conforme tem declarado McDowell⁵.

Uma abordagem da perspectiva feminina na produção do espaço exige um olhar atento ao cotidiano, ao micro-social e aos grupos sociais marginalizados do poder e assim, tais temáticas foram consideradas questões de menor importância na análise do espaço geográfico. Durante muito tempo a abordagem do espaço na geografia esteve centrada nos estudos dos espaços político - institucionais, nos processos de produção e acumulação da riqueza e na concepção de cultura como uma instância supra-orgânica. É a partir das críticas estabelecidas na nova geografia cultural que se abre a possibilidade de novas abordagens que exigem um novo conjunto de métodos⁶. Essa corrente geográfica permite o

⁴ A abordagem do feminino na teoria marxista colocou a mulher na ótica da sociedade capitalista patriarcal, dando ênfase à produção e os conceitos adotados não são adequados para o desenvolvimento do trabalho feminista, já que refletem o poder da masculinidade na produção científica e que a perspectiva feminista deve desafiar a geografia hegemônica. Cf. ROSE, Gillian. *Feminism & Geography. The limits of Geographical Knowledge*. Cambridge: Polity Press, 1993.

⁵ Cf. MCDOWELL, Linda. *Gender, Identity and Place. Understanding Feminist Geographies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

⁶ DUNCAN, James e DUNCAN, Nancy. Reconceptualizing the idea of culture in geography: a reply to Don Mitchell. *Transactions of the Institute*

pensar de um espaço complexo, composto por múltiplos processos diferentes e simultâneos, coloca em evidência a relatividade das escalas de abordagem do espaço, a dúvida do tempo linear e, definitivamente, coloca em cheque as noções de progresso, desenvolvimento e evolução, argumentando os limites da produção do conhecimento geográfico a partir dos conceitos da modernidade.

A omissão científica da abordagem da mulher enquanto sujeito social tem sido denunciada por geógrafas feministas através de seu esforço em incluir o gênero enquanto um objeto de estudo da geografia e, para muitas delas, o estudo da mulher foi uma decisão política e uma estratégia de tornar seu trabalho visível no corpo da pesquisa geográfica⁷. Esta dificuldade de trazer a mulher para um campo de visibilidade na produção do espaço é de diversas ordens. Primeiramente, há dificuldade de demarcação clara de fronteiras do objeto em questão. O ser mulher se define num contexto de relações sociais e a identidade feminina é, portanto, permanentemente re-elaborada, está em constante movimento. Enquanto produto complexo de relações sociais, a definição identitária feminina se dá intimamente ligada à construção da masculinidade, arranjando uma ligação complementar e ao mesmo tempo oposicional. As fronteiras identitárias entre os gêneros, masculino e feminino, tornam-se cada vez mais tênues, menos nítidas na sociedade ocidental atual, dificultando uma expressão espacial material desse processo.

Outra questão é que diferentemente de outras ciências sociais que legitimaram as mulheres como importante universo temático, como a história, a psicologia, a

of British Geographers v. 21, n° 3. London: Institute of British Geographers, 1996. JACKSON, Peter. The idea of culture: a response to Don Mitchell. *Transactions of the Institute of British Geographers*. v.21, n° 3, London: Institute of British Geographers, 1996.

⁷ Mc Dowell cita como uma interessante denúncia da exclusão da mulher na pesquisa geográfica o *paper* pioneiro de Hanson e Monk de 1982, chamado “*On not excluding half of the human in human geography*”. Cf. MCDOWELL, Linda, op. Cit. , p. 229.

antropologia e a sociologia, a geografia apresenta um pequeno número de pesquisadores com dedicação a esta temática no Brasil. A vitalidade das discussões das relações de gênero e espaço é maior na geografia norte-americana e europeia, as quais têm contribuído significativamente para legitimar o tema enquanto problema científico, fundamentando seus estudos na existência do feminismo enquanto um parâmetro simbólico. Estes estudos, majoritariamente realizado por geógrafas, trazem a identidade feminina como sendo um agente importante na compreensão do espaço e também assumem um compromisso de abordar questões de relações de poder e hierarquia que transformam em assimétricos o desenvolvimento sócio-espacial nas relações de gênero.

Nesse sentido, embora seja difícil encontrar uma posição teórica fora do discurso hegemônico que institucionalizou a invisibilidade feminina na geografia, estes estudos não se caracterizam pela neutralidade científica, apontando apenas para algumas inocentes diferenças ou especificidades das relações de gênero e espaço. Pelo contrário, estas diferenças estão posicionadas e compreendidas à luz das relações de poder numa sociedade marcada pelos processos de exploração. Parece-me, assim que essa perspectiva é fecunda, já que exige dos pesquisadores novos procedimentos teórico-metodológicos para contemplar essa problemática e construir uma geografia a partir da visão feminina da ciência.

2- A superação da visão reprodutivista do espaço: rumo ao espaço da transformação

A postura desafiadora adotada por ambos os sexos para ocupar os lugares tradicionais mapeados pela sociedade, embora tornem menos visíveis as fronteiras identitárias, não as fazem desaparecer, apenas tornam-se mais complexas em sua compreensão, conforme tem argumentado Giddens⁸.

⁸ Cf. GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

Nesse sentido, torna-se ainda mais difícil a construção de uma geografia sob a perspectiva feminina, além da visão androcêntrica. Entretanto, esta é a busca de muitos pesquisadores que afirmam não haver uma forma específica para fazer geografia feminista, mas que o ponto central dos estudos geográficos através desta perspectiva é o argumento de que mulheres e homens têm se posicionado diferentemente no mundo e, sendo assim, suas relações com os lugares são diferentes também. Além disso, essas diferenças são resultado de um conjunto de elementos reveladores da opressão das mulheres pelos homens em diferentes lugares e em diferentes tempos. A visão da construção social da feminilidade e da masculinidade posicionou os estudos geográficos para além da busca pela objetividade científica e, assim, o conjunto de relações sócio-espaciais, os significados dos lugares e a explanação sobre eles, são múltiplos, mutáveis, e multidimensionais.

Gillian Rose deixa claro que o conceito de gênero permite compreender que não são as diferenças dos corpos de homens e mulheres que os posicionam em diferentes âmbitos e hierarquias, mas sim a simbolização que a sociedade faz delas⁹. Assim, gênero é o conjunto de idéias que uma cultura constrói do que é “ser mulher” e “ser homem” e tal conjunto é resultado de lutas sociais na vivência cotidiana. McDowell também “desnaturaliza”¹⁰ a diferença sexual e compreende que a sexualidade, as identidades e as práticas sociais são afetadas pelas crenças e ideologias que sancionam os papéis sociais, possuindo, portanto, uma história e uma geografia.

A cultura é construída permanentemente e há uma co-determinação entre indivíduo e sociedade, tornando difícil o olhar sobre as relações de poder que determinam suas características, pois as práticas estão encravadas nos gestos

⁹ Cf. ROSE, Gillian, *op.cit.*

¹⁰ A proposta de “desnaturalização” funda-se na distinção do comportamento humano do corpo biológico que o exercita, argumentando que o comportamento é instituído culturalmente por relações de poder. Cf. MCDOWELL, Linda, *op. Cit.*

mais automáticos ou aparentemente mais insignificantes do corpo¹¹. Para as geógrafas Rose e McDowell há uma complexa e paradoxal associação entre gênero e local, entre identidade e lugares particulares tanto para homens como para mulheres. Além disso, as autoras trazem à tona sua posição crítica ao condenar o simplismo que envolve a análise entre gênero e espaço, associando essas categorias aos tradicionais eixos binários que dividem, por exemplo, espaço público e privado, associando cada um deles respectivamente com homem e mulher. Elas argumentam que o gênero não pode ser estudado separado de idade, classe, raça e que estes elementos são interdependentes e alvo de disputas de poder.

Essas lutas fazem parte das práticas diárias na relação entre grupos sociais e espaço. Tais grupos atribuem diferentes significados aos espaços e cada espaço pode, ao longo do dia, da semana, mês ou ano, ser ocupado por uma série de diferentes grupos e, sendo assim, as práticas estão imbuídas no mesmo espaço com diferentes significados e distintos tempos. A rua e o parque, por exemplo, durante o dia ou noite, no feriado ou em diferentes estações constituem-se em diferentes espaços a partir das experiências diárias ali vividas. Nesse sentido, história dos espaços também envolve a força, tanto física, como simbólica e, portanto, a geografia feminista quer compreender como o sujeito feminino é construído dentro das estruturas de dominação sócio-espaciais.

A idéia de que o ambiente construído reflete os estereótipos dos lugares femininos e masculinos e que houve

¹¹ Pierre Bourdieu em seu estudo sobre a dominação masculina argumenta que “o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social.” Cf. BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 19-20.

uma ótica masculina na produção do espaço urbano foi defendida por Bondi¹². Ela argumenta que o planejamento urbano funcionalista, racionalista que dominou durante muito tempo o modo de concepção de cidade aprisiona as mulheres em determinados lugares ao separar as áreas comerciais, industriais e residenciais, acentuando a divisão do trabalho entre os sexos. Sendo assim, afirma que a leitura da distribuição funcional da paisagem urbana reflete a dominância da perspectiva masculina sobre o espaço. Domosh retrata uma relação entre gênero e a ideologia estética nas construções femininas, demonstrando que o controle moral, papel determinado às mulheres na sociedade patriarcal, é repassado pela sua arquitetura¹³. Huxley e Winchester argumentam que os processos de segregação espacial, além da compreensão da lógica capitalista que os define, deve contemplar o modelo social patriarcal, visto que muitas áreas são compostas pelo trabalho feminino remunerado de forma desigual em relação ao trabalho masculino, gerando uma feminização da pobreza urbana¹⁴. Rose apresenta uma série de exemplos associando as relações de poder ao espaço. Apresenta, por exemplo, a cozinha significada como um espaço de liberdade, pois aí é permitido à mulher ter autoridade, porque é conferido a ela o papel de provedora da alimentação familiar. Entretanto, o quarto já é representado por um espaço opressivo, já que o corpo feminino é oferecido ao homem como retribuição aos papéis sociais desempenhados, aparecendo nesse caso, a sexualidade como uma dimensão subjugada ao projeto familiar/social. Enfim, os espaços de constrangimento, como a rua em determinados locais e

¹² Cf. BONDI, Liz. Gender symbols and urban landscapes. In: *Progress in Human Geography*. London, 16,2 (1992) Edward Arnold: 1992.

¹³ Cf. DOMOSH, Mona. A 'feminine' building? Relations between gender ideology and aesthetic ideology in turn-of-the century América. In: *Ecumene*, V 3, no 3, London: Arnold, 1996.

¹⁴ Cf. HUXLEY, M. E WINCHESTER, H. P. M. Residencial differentiation and social reproduction: the interrelations of class, gender, and space. In: *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 9, n 2, Great Britain: Pion Limited, 1991.

horários, ou espaços de confinamento, como as residências em periferias distantes, são claramente elementos que tanto se referem às diferenças de acesso físico entre mulheres e homens a determinados espaços, como a construção de barreiras invisíveis criadas pelo olhar e força daqueles que impõem sua ordem e alcançam legitimidade¹⁵.

Uma interessante proposta conceitual é apresentada por Gillian Rose, a qual afirma que as cidades formam uma teia multidimensional de inúmeras sociabilidades que possuem suas próprias espacialidades. Algumas destas teias se interceptam, outras são autônomas, complementares e ainda contraditórias e, além disso, estão em constante movimento de transformação no tempo e espaço. Em sua proposta teórica, as mulheres somente alcançam visibilidade no espaço quando observadas através do espaço da luta e resistência. E tal perspectiva implica ultrapassar o discurso dominante da geografia e reconhecer um particular senso de espacialidade que ela nomeia de “espaço paradoxal”.

A autora reivindica uma relação existente entre sujeito e território e argumenta que a noção de território desenvolvida pela geografia baseada na teoria masculina heterossexual burguesa envolve um tipo de propriedade conquistada historicamente, sempre pela violência, e imaginada e estruturada como uma “fortaleza”, como proteção de si e a exclusão de outros. Nesse sentido, observa-se que há uma universalidade em termos de conquista espacial e esta não deixa de ser uma estratégia subjetiva de tornar invisíveis os outros oprimidos e capturados dentro do território.

Para escamotear a invisibilidade da mulher no espaço é preciso encontrar também saídas epistemológicas e a abordagem feminista argumenta que o território possui suas diferenciações internas e que no território conquistado pela força masculina também existe o espaço do outro – o feminino. Nessa perspectiva, o outro não está necessariamente fora, mas, embora capturado e oprimido,

¹⁵ Cf. ROSE, Gillian, op. cit.

ele desenvolve táticas desconstrucionistas e exerce uma pressão para influenciar a ordem estabelecida. Portanto, o feminino é também elemento do território do conquistador masculino. As feministas argumentam a impossibilidade de considerar as categorias (o mesmo e os outros), sem estabelecer a interdependência entre elas e adotam a perspectiva de “centro”, posicionando o sujeito com força hegemônica e “margem”, constituindo os oprimidos. É o jogo tenso entre centro e margem que re-articula e re-posiciona os sujeitos sociais no território.

O espaço paradoxal constitui-se numa interessante construção metodológica na geografia, sendo complexo, pois envolve variadas articulações e dimensões. Qualquer mulher não pode ser vista constituindo apenas um gênero, mas também, a sexualidade, a raça, a religião e a classe social. Todos esses elementos são experienciados simultaneamente, podendo, portanto, subverter a ordem de forças entre os “mesmos” e os “outros” devido sua pluri-localização no território. Qualquer posição é imaginada não apenas por ser localizada por múltiplos espaços sociais, mas também por ambos os pólos de cada dimensão. É importante conceber que há pluralidade de masculinidades tanto quanto de feminilidades e que eles não são blocos homogêneos.

As características de multidimensionalidade e pluri-localização oscilam e podem constituir assim, inúmeras configurações sociais/ territoriais. O movimento pode provocar uma desestabilização da configuração estabelecida e gerar uma nova posição entre os “mesmos”, considerados como centro da configuração e os “outros”, considerados margem da configuração, entretanto, sempre compreendidos como simultaneamente separados/ conectados. Essa compreensão envolve a separação que está na construção de identidades diferenciadas, contudo, só possíveis porque são construídas através de um processo de mutualidade e reconhecimento.

Através da revisão epistemológica advoga-se que a realidade sócio-espacial construída é um campo contratual, na qual a realidade é redesenhada, redefinida e

transformada. É a partir da contemplação dos elementos materiais e simbólicos que constituem as relações entre gênero e espaço que se pode ir além do espaço da reprodução, instituindo, assim, o espaço da transformação, conforme argumenta James Duncan¹⁶.

O objeto do feminismo depende de uma geografia paradoxal, de acordo com o reconhecimento de que há um discurso geográfico hegemônico que pode ser subvertido através do reconhecimento de um espaço estruturado por uma dinâmica de tensão de localizações de força, multidimensional e caracterizado pela diversidade contraditória e simultânea das relações sociais tal qual Gillian Rose tem afirmado.

3- A visibilidade dos territórios da resistência feminina: algumas sugestões de temas

Como foi discutida anteriormente, a abordagem de gênero exige uma relação entre o universo micro e macro, envolvendo as relações de caráter familiar e social e, portanto, a análise do espaço privado e o público. Um campo fértil de investigação geográfica é a inter-dependência da relação entre estes dois tipos de espaço a partir da perspectiva de gênero. Notadamente, as sociedades latino-americanas apresentam acentuados níveis de desigualdade social entre os sexos, que envolvem as relações entre homem e mulher tanto no universo doméstico como nas esferas sociais mais amplas.

O “espaço paradoxal” é uma proposta teórica construída pela geografia feminista, já que segundo suas seguidoras, não há como tornar as atividades das mulheres visíveis através das categorias explicativas da pesquisa convencional da geografia.

Um dos aspectos que Gillian Rose toma como importante é a revisão do conceito de política, que deve

¹⁶ DUNCAN, James Stuart. *The city as text: the politics of landscape interpretation in the Kandyian Kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

contemplar as atividades de vizinhança, implicando o envolvimento do universo cotidiano visível nas políticas de base comunitária. A utilização do conceito de gênero na geografia deve levar em consideração que é dinâmico, que constrói e é construído pelas experiências e vivências cotidianas espaciais a partir de representações. Tais representações são fundadas em uma ordem sócio-espacial específica e, portanto, envolvendo tempo, espaço e escala. Assim, compreende-se que a construção de gênero envolve tanto pressões de contexto, como escolhas individuais. Essa condição permite a construção da abordagem geográfica do gênero, pois as identidades e papéis sociais são exercidos concretamente através do espaço.

Nesse sentido, creio que um importante processo sócio-espacial envolvendo gênero e espaço pode ser estudado através da participação feminina nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. A expressividade das mulheres nestes espaços de sociabilidade é significativa e a partir delas se constituem redes de solidariedade, envolvendo o funcionamento de muitos modelos baseados na “Economia Solidária”. O “espaço paradoxal” caracteriza-se pela localização das mulheres na margem da configuração do poder da Igreja Católica, embora representem a maioria dos fiéis e ativistas. Pode-se dizer, assim, que, paradoxalmente, o poder da Igreja é sustentado pela atuação das mulheres, cujos papéis sociais são de exclusão e marginalização do poder eclesiástico, embora a dominação masculina apareça como natural. As mulheres pobres, duplamente marginalizadas, muitas vezes encontram possibilidades abertas por estas instituições para atuação social e política. Assim, como compreender a relação entre a mulher pobre, a Igreja e o espaço?

Considerações finais

Espero que essas reflexões sejam uma contribuição para o debate da geografia cultural contemporânea brasileira. Concordo também com a posição das gógrafas que serviram

de base para este ensaio, pois elas consideram que construir uma perspectiva científica além do androcentrismo é também uma maneira de luta e resistência à dominação masculina na produção científica e um caminho para tornar visível a mulher enquanto importante agente sócio-espacial.

Apesar de tantas potencialidades, gostaria ainda de apontar alguns obstáculos a serem vencidos para o desenvolvimento da perspectiva feminista na geografia brasileira. A dificuldade de institucionalização desse campo de estudos, pois se apresenta ainda frágil devido à pequena produção sistemática de pesquisas e de uma discussão mais ampla nos fóruns de discussão da ciência geográfica. Esse universo temático não faz parte do interesse das associações de pesquisadores geógrafos, não consta como eixo temático de simpósios de caráter nacional e regional e, tampouco há uma perspectiva de introdução desse tema nos programas acadêmicos. Penso que o desenvolvimento da perspectiva feminista na geografia pode trazer imenso progresso na diversificação de objetos na geografia cultural, bem como trazer novos focos de interesses científicos que renovam o campo teórico metodológico da ciência.

Referências

- BONDI, L. e DOMOSH, M. Other figures in other places: on feminism, postmodernism and geography. In: *Environment and Planning D: Society & Space*. Great Britain, V. 10, no 2,. Ed. Pion Limited: 1992
- BONDI, Liz. Gender symbols and urban landscapes. In: *Progress in Human Geography*. London, 16,2 (1992) Edward Arnold: 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- DOMOSH, Mona. A 'feminine' building? Relations between gender ideology and aesthetic ideology in turn-of-the century América. In: *Ecumene*, V 3, no 3, London: Arnold, 1996.
- DUNCAN, James e DUNCAN, Nancy. Reconceptualizing the idea of culture in geography: a reply to Don Mitchell. *Transactions of the Institute of British Geographers* v. 21, nº 3. London: Institute of British Geographers, 1996.
- DUNCAN, James Stuart. *The city as text: the politics of landscape interpretation in the Kandyan Kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

HUXLEY, M. E EINCHESTER, H. P. M. Residencial differentiation and social reproduction: the interrelations of class, gender, and space. In: *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 9, n 2, Great Britain: Pion Limited, 1991.

JACKSON, Peter. The idea of culture: a response to Don Mitchell. *Transactions of the Institute of British Geographers*. v.21, nº 3, London: Institute of British Geographers, 1996.

MC DOWELL, Linda. *Gender, Identity and Place. Understanding Feminist Geographies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

MORIN, Edgar. *O problema epistemológico da complexidade*. Sintra – Portugal: Europa – América, 1996.

ROSE, Gillian. *Feminism & Geography. The limits of Geographical Knowledge*. Cambridge: Polity Press, 1993.

Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica

Joseli Maria Silva

Resumo: Este texto explora como a análise geográfica pode ser enriquecida através de uma abordagem de gênero, enfatizando que a produção do conhecimento geográfico na perspectiva androcêntrica deve ser questionada e redefinida para que se possam tornar visíveis as ações femininas na produção do espaço.

Palavras-chave: espaço, gênero, cultura.

Abstract: This work explores the potentialities of the concept of genre for the geographical analysis, emphasizing the difficulties inherent to the power relations that sustain the process of geographical knowledge production and the invisibility of women as an urban space producer agent. Besides that, it presents a series of works by American and English women authors and proposes research to be developed within the Brazilian geography field.

Key-words: space, gender, culture.

Artigo recebido para análise em 05/03/2004

Aprovado para publicação em 08/05/2004